

## O PROFISSIONAL DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ESCOLA: CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Shirleyanne Santos Aquino<sup>1</sup>; Orientador: Ana Lúcia Oliveira Aguiar<sup>2</sup>  
(Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, shirleyanneaquino@hotmail.com)  
(Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, oliveiraaguiar@gmail.com)

**RESUMO:** Após muitas lutas travadas, as pessoas com deficiência conquistaram muitos direitos assistenciais e educacionais. O direito a atendimento educacional especializado (AEE) representa um desses direitos conquistados e garantido através do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, gratuito aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e oferecido de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. Os objetivos para essa produção estão em descrever os avanços e percursos da educação inclusiva; explicar o avanço na assistência profissional às pessoas com deficiência na educação; elencar ações desenvolvidas pelo AEE que auxiliam a inclusão das pessoas com deficiência na escola. Essa pesquisa justifica-se por trazer discussões acerca das ações dos profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado e, quão essencial é este trabalho para a efetivação da inclusão e o resgate de valores sociais necessários à convivência com as diferenças na escola. Metodologicamente o trabalho baseou-se na pesquisa qualitativa com base em referenciais bibliográficos centrada em autores como: Fonseca (2002), Nóvoa (1995), Silva (1987) e Lage (2003). Para alcançar os objetivos propostos, a discussão dessa problemática vem organizada em dois tópicos: I – A pessoa com deficiência ao longo da história, que aborda o tratamento dado às pessoas com deficiência até os tempos de hoje; e II – O atendimento educacional especializado na escola inclusiva, onde elencamos posturas que possibilitam a inclusão de pessoas com deficiência na escola, junto ao trabalho do profissional de AEE. Foi possível considerar, que o principal requisito para que a inclusão aconteça é o respeito às diferenças, enxergando e utilizando o melhor de cada sujeito. A escola dessa sociedade contemporânea, precisa ser uma instituição realmente inclusiva, que favoreça condições necessárias para que todos os alunos possam desenvolver aprendizados realmente satisfatórios.

**PALAVRAS-CHAVE:** AEE, escola, inclusão.

<sup>1</sup> Pedagoga, Professora de Educação Especial do Estado do Rio Grande do Norte. Mestranda em educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus Central.

<sup>2</sup> Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Orientadora: Ana Lúcia Oliveira Aguiar. Doutora em Sociologia, Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

## INTRODUÇÃO

Se desejarmos uma sociedade democrática, devemos criar uma nova ordem social, na qual todos sejam incluídos no universo dos direitos e deveres. Para isso, é preciso saber como vivem as pessoas com deficiência, conhecer suas expectativas, necessidades e alternativas. Diante de tantas mudanças que vemos hoje eclodir com a evolução da sociedade, surge um novo perfil, o da inclusão, consequência de uma visão social, de um olhar mais democrático, onde pretendemos respeitar direitos e deveres. As limitações das pessoas não diminuem seus direitos: são cidadãos e fazem parte da sociedade como qualquer outro.

É preciso que a sociedade se prepare para lidar com a diversidade humana em que todas as pessoas devem ser respeitadas, não importa o sexo, a idade, as origens étnicas, a opção sexual ou deficiências. Sendo a escola, o principal ambiente em que essa diversidade é evidenciada, é preciso que essa instituição favoreça abertura a todos e incentive a participação de cada um com suas diferentes experiências, reconhecendo o potencial de todo cidadão. A escola inclusiva tem como objetivo principal oferecer oportunidades iguais para que cada aluno seja autônomo e usufrua das mesmas oportunidades que os demais e consiga se desenvolver dentro de suas possibilidades. Por trás desse trabalho escolar junto às deficiências, há o profissional do Atendimento Educacional Especializado, este que é o cerne dos nossos estudos.

O profissional de Atendimento Educacional Especializado é um serviço desenvolvido na rede regular de ensino, dentre as suas contribuições há a organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam barreiras para ocorrer a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa ou suplementa a formação do aluno tendo em vista estimular a autonomia e independência do aluno nas situações sociais. Dessa forma, é possível democratizar o ambiente escolar, reconhecendo todos os seres humanos como livres e iguais e com direito a exercer sua cidadania com iguais oportunidades.

Nossos objetivos para com esse trabalho estão em: descrever os avanços e percursos da educação inclusiva; explicar o avanço na assistência profissional às pessoas com deficiência na educação; elencar ações desenvolvidas pela equipe de AEE que auxilia a inclusão das pessoas com deficiência na escola.

Os alunos com Necessidades Educacionais Especiais são pessoas que por sua condição física, motora ou psicológica, necessitam de atendimento e recursos diferenciados em virtude de suas limitações individuais. A escola ocupa um papel social de fundamental importância para a formação e constituição do indivíduo, além de favorecer a evolução da humanidade e

da sociedade. São as experiências vivenciadas na escola que trazem aprendizados relacionais, culturais, cognitivos, sociais, afetivos e históricos. Por isso, a escola como instituição que representa os interesses da sociedade, possui em sua organização objetivos e metas, onde emprega e reelabora os conhecimentos socialmente produzidos na história, e para tanto, deve estar preparada para receber essas diferenças que são tão presentes na escola quanto na sociedade e o profissional de AEE é um auxiliador nesse processo.

Estruturamos o artigo com a base metodológica de uma pesquisa qualitativa utilizando com fonte de coleta de dados a pesquisa bibliográfica. A pesquisa é bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros e artigos científicos, nos permitindo conhecer sobre o que já foi estudado a respeito do tema exposto. A construção teórica aqui desenvolvida é referenciada em Autores como Nóvoa (1995) abordando a formação docente e seus variados aspectos; Silva (1987) abordando a historicidade da pessoa com deficiência durante os principais períodos históricos; Fonseca (2002) traz as bases metodológicas da pesquisa; e Lage (2003) completa as abordagens sobre a educação inclusiva e o respeito às diferenças.

Na pesquisa bibliográfica, procuramos referências teóricas publicadas, com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32). Para alcançar os objetivos propostos, a discussão dessa problemática vem organizada em dois tópicos: I – A pessoa com deficiência ao longo da história; e II – O atendimento educacional especializado na escola inclusiva.

## **A PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA**

Baseamo-nos na obra de Silva (1987), *Epopeia ignorada*, para trazer a visão de pessoa com deficiência na história. Na antiguidade (História Antiga e Medieval) as pessoas com deficiência receberam dois tipos de tratamento: a rejeição e eliminação sumária, de um lado, e a proteção assistencialista e piedosa, de outro. Na Roma Antiga, tanto os nobres como os plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência. Da mesma forma, em Esparta, os bebês e as pessoas que adquiriam alguma deficiência eram lançados ao mar ou em precipícios. No antigo Peloponeso, Silva (1987, p.85) diz que sob a liderança guerreira de Esparta, havia também outras formas de dispor de crianças malformadas ou doentias. Não ocorria necessariamente a morte, mas a "exposição", tal exposição, dava-se em local onde a criança podia ser encontrada. No entanto, o chamado "abandono" correspondia a deixar à própria sorte para morrer. Já em Atenas, influenciadas por

Aristóteles – que definiu a premissa jurídica até hoje aceita de que “tratar os desiguais de maneira igual constitui-se em injustiça” – os deficientes eram amparados e protegidos pela sociedade.

Na Grécia Antiga conforme Silva (1987, p.61), em Esparta, cidade-estado cuja marca principal era o militarismo, as amputações traumáticas das mãos, braços e pernas ocorriam com frequência no campo de batalha. Dessa maneira identifica-se facilmente um grupo de pessoas que adquiriu uma deficiência e permaneceu vivo (SILVA, 1987). Por outro lado, o costume espartano de lançar crianças com deficiência em um precipício tornou-se amplamente conhecido por aqueles que estudaram este tema. Os três tipos de deficiências na Grécia Antiga (período da antiguidade clássica), segundo Silva (1987, p. 65), eram oriundas: das mutilações ou deficientes devido a ferimentos ou a acidentes próprios da guerra e de atividades afins; eram os prisioneiros de guerra com deficiências físicas, ou os detentos criminosos civis, cuja mutilação ou deficiência era causada por uma pena ou castigo; os deficientes civis por doenças congênitas ou adquiridas, ou também por acidentes os mais variados.

O Cristianismo, ainda segundo Silva (1987, p.94), significou, em diferentes aspectos, uma mudança na forma pela qual as pessoas com deficiência eram vistas e tratadas pela sociedade em geral. É claro que, este não é um processo linear e homogêneo, de maneira que apresentamos algumas tendências gerais, sem ter a pretensão de definir com a exatidão histórica, cada momento. “A doutrina cristã ganha força, voltado para a caridade, humildade, amor ao próximo, para o perdão das ofensas, para a valorização e compreensão da pobreza e da simplicidade da vida”, Silva (1987, p.93). Estes princípios encontraram respaldo na vida de uma população marginalizada e desfavorecida, dentro da qual estavam aqueles que eram vítimas de doenças crônicas, de defeitos físicos ou de problemas mentais. Em síntese, seguindo Silva (1897, p.115), nos primeiros séculos da era Cristã houve, pelos registros históricos, mesmo com restrições, uma mudança no olhar aconteceu, em relação não só aos deficientes, mas também às populações humildes e mais pobres. Os hospitais e centros de atendimento aos carentes e necessitados continuaram a crescer, impulsionados muitas vezes pelo trabalho dos bispos e das freiras nos mosteiros.

O Clero era o definidor de quais os quesitos das pessoas que iriam entrar no reino dos céus, e isso só seria conquistado através do poder e da riqueza. O clero passou a influenciar a sociedade o povo já trabalhava para gerar riquezas para a nobreza, e agora teria que produzir riquezas também para o clero ou então engrossar as fileiras dos exércitos para lutar por novos

territórios. Diante das coisas que poderia ameaçar a hegemonia da igreja sobre a nobreza e o povo, a Igreja Católica implantou a Santa Inquisição. A Santa Inquisição foi o momento histórico que pessoas eram mortas e torturadas caso ameaçassem o domínio intelectual, político e territorial da igreja e as pessoas com deficiência eram consideradas inválidas, indemoniadas e hereges. Na reforma protestante não foi diferente do catolicismo pois as pessoas com deficiência foram perseguidas e mortas. Eram vistas como escolhidas por Deus para pagar os pecados na humanidade, como formas dos pais da criança pagar por seus pecados.

O período conhecido como Idade Média, Silva (1987, p.160) afirma que, entre os séculos V e XV há registros sobre pessoas com deficiência, eles continuaram a existir, na maioria das vezes controlados e mantidos por senhores feudais, estes locais eram destinados para o atendimento de doentes e deficientes. As referências históricas enfatizam, porém, o predomínio de concepções místicas, mágicas e misteriosas sobre a população com deficiência. Além disso, é preciso lembrar que o crescimento dos aglomerados urbanos ao longo desse período criou dificuldades para a manutenção de patamares aceitáveis de higiene e saúde. Durante muitos séculos, os habitantes das cidades medievais viveram sob a permanente ameaça das epidemias ou doenças mais sérias.

As incapacidades físicas, os sérios problemas mentais e as malformações congênitas eram consideradas, quase sempre, como sinais da ira divina, taxados como “castigo de Deus”. A própria Igreja Católica adota comportamentos discriminatórios e de perseguição, substituindo a caridade pela rejeição àqueles que fugiam de um “padrão de normalidade”, seja pelo aspecto físico ou por defenderem crenças alternativas, isso ocorreu no período da Inquisição nos séculos XI e XII (SILVA, 1987, p.161). Hanseníase, peste bubônica, difteria e outros males, muitas vezes incapacitantes, disseminaram-se pela Europa Medieval. Muitas pessoas que conseguiram sobreviver com sérias sequelas, passaram o resto dos seus dias em situações de extrema privação e quase que na absoluta marginalidade.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, “em diferentes países europeus, foram sendo construídos locais de atendimento específico para pessoas com deficiência”, Silva (1987, p.162) fora os tradicionais abrigos ou asilos para pobres e velhos. Apesar das malformações físicas ou limitações sensoriais, essas pessoas, de maneira esporádica e ainda tímida, começaram a ser valorizadas enquanto seres humanos. Entretanto, além de outras práticas discriminatórias, mantinha-se o bloqueio ao sacerdócio desses indivíduos pela Igreja Católica.

Passaram-se séculos de história, apesar disso, é possível visualizar que muitos vestígios do preconceito, contra as pessoas com deficiência, ainda são latentes na sociedade. É verdade que, até nos dias de hoje, existem exemplos de discriminação e/ou maus-tratos, mas o amadurecimento das civilizações e o avanço dos temas ligados à cidadania e aos direitos humanos provocaram, sem dúvida, um novo olhar em relação às pessoas com deficiência.

## **O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ESCOLA INCLUSIVA**

Por volta da metade do século XX o processo de expansão da escolaridade básica começa no país, embora, ainda de forma bastante lenta. No que tange à rede pública de ensino, esta expansão acontece de maneira mais significativa, a partir das décadas de 1970 e 1980. Podemos calcular nessa base, como ocorreu o processo de inserção das pessoas com deficiência no sistema escolar, algo que aconteceu significativamente após a década de 90. Segundo o Portal Brasil do MEC (Ministério da Educação), o número de pessoas com deficiência nas escolas cresceu 381% em 12 anos, registrando o aumento de 29% para 79% o número de pessoas com deficiência na escola de 2003 a 2014.

Dentro de dez anos, no Brasil, aconteceram avanços importantes quanto à formação de professores, produção de conhecimento e na legislação referente a assuntos das pessoas com deficiência. Um marco legislativo relevante é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) de 20 de dezembro de 1996. O objetivo da LDB foi o de iniciar um processo de mudanças em todos os níveis da educação, que foram reorganizados em educação básica (educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, e ensino superior). A LDB dedicou um capítulo à formação de professores, assinalando os fundamentos metodológicos, os tipos e as modalidades de ensino, bem como as instituições responsáveis pelos cursos de formação inicial dos professores.

A inclusão genuína não significa a inserção de alunos com deficiência em classes do ensino regular sem apoio para professores e alunos (LAGE, 2003). Em outras palavras, o principal objetivo do ensino inclusivo é servir adequadamente a todos os alunos. A escola é uma das instituições mais importantes de nossa sociedade por favorecer, entre outros aspectos, o crescimento intelectual, profissional e social do ser humano. É através dela que adquirimos mais conhecimentos para serem aplicados no dia-a-dia, no qual “os professores serão os nossos intermediadores desse aprendizado, tão questionado no cotidiano”, (NÓVOA, 1995). As escolas devem assumir o papel de atender a todos, sem nenhuma discriminação, dar oportunidade, promover a aprendizagem e desenvolver as potencialidades em cada educando.

além de reconhecer e valorizar as diferenças em todos os momentos de interação, como também nos momentos do dia a dia escolar, MEIRIEU (2002). O autor continua e diz ser necessário considerar os limites de cada um e buscar possibilidades que venham favorecer o ensino-aprendizagem a todos. A escola é um dos agentes responsáveis pela integração da criança na sociedade, além da família. É um componente capaz de contribuir para o bom desenvolvimento de uma socialização adequada da criança com deficiência, de forma que capacite o relacionamento e participação ativa com os demais colegas.

O Atendimento Educacional Especializado, de acordo com a Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17, destina-se aos alunos que apresentam deficiências, que por sua vez lhes dificultem ou impeçam de realizar atividades diversas, as quais sejam de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, e, ainda, alunos com transtornos globais do desenvolvimento, os quais apresentam “[...] alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras”. Os alunos que apresentam autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação, se incluem na definição acima. O Atendimento Educacional Especializado de acordo com a Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17, destina-se também, aos alunos com altas habilidades/superdotação, que apresentam grandes potenciais e/ou envolvimento com as áreas do conhecimento humano, tanto de forma isolada ou combinada, em que se percebe elevado nível de intelectualidade, liderança, psicomotora, artes e criatividade. Nesse sentido, a figura do professor do Atendimento Educacional Especializado é a de organizar e desenvolver estratégias de trabalho, pautadas na identificação das principais necessidades dos alunos, criando e sugerindo recursos didático-pedagógicos que possam contribuir para que os alunos consigam desenvolver competências e habilidades satisfatoriamente, (LAGE, 2003).

Conforme resolução CNE/CEB 4/2009 do Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, faz parte do trabalho do professor de AEE elaborar e executar o plano de Atendimento Educacional Especializado, organizando cronogramas de atendimentos contemplando os tipos e o número de cada atendimento a ser realizado, bem como avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade durante o desenvolvimento dos atendimentos realizados na sala de recursos multifuncionais. Assim, também esse profissional acompanha como acontece o trabalho com os recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes

da escola, o que requer o estabelecimento de parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade.

Para uma escola inclusiva percebe-se a necessidade de estabelecimento de diálogos e sobretudo de parcerias entre o professor da sala de aula comum do ensino regular, o cuidador e o professor do Atendimento Educacional Especializado, para assim, o aluno ter condições de ser realmente incluído e aplicar seus conhecimentos nos mais variados contextos da sociedade a que pertence, (JESUS, 2008). Com ações colaborativas entre professores da sala de aula comum, escola e professor de AEE, o planejamento pedagógico se constrói em um espaço de registros e discussões sobre o melhor para os seus alunos, sobretudo para as pessoas com deficiência. Jesus (2008) continua e diz que, dessa maneira, com a ajuda do professor de AEE e os demais profissionais da escola é possível criar condições de constatar os avanços e as principais fragilidades dos alunos, e, com isso, buscar as possíveis alternativas que favoreçam o crescimento intelecto-pessoal dos alunos.

Na dinâmica de trabalho do professor do AEE, é imprescindível que haja a disponibilidade de orientações aos professores e famílias dos alunos sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno, o ensino, do manuseio de tecnologia assistiva, visando ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação, (JESUS, 2008). Desse modo, ao estabelecer parcerias e/ou articulações com os professores das salas de aulas comuns do ensino regular, o professor do AEE, visa a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares, proporcionando melhores condições para que estes progridam, dentro de suas limitações e/ou peculiaridades, da melhor maneira possível.

Nesse contexto, ao desenvolver um trabalho, multiprofissional, integrado e rumando a um só objetivo: o do desenvolvimento dos alunos, a escola pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e coesa. Mesmo que vejamos na maioria das nossas escolas, o individualismo e a sensação de autossuficiência ainda mais latente, isso só prejudica as relações no ambiente de trabalho e conseqüentemente, o desenvolvimento dos nossos alunos. Precisamos de parcerias em busca da melhor qualidade possível das atividades a que somos convidados a desempenhar.

## **CONSIDERAÇÕES**



A educação inclusiva tem o intuito de compreender e aceitar o outro em sua singularidade, para isso, lembramos que não há receitas prontas, bulas a serem seguidas. O principal requisito para que a inclusão aconteça, começa em respeitar às diferenças enxergando e utilizando o melhor de cada sujeito. A escola dessa sociedade contemporânea, precisa ser uma instituição realmente inclusiva, que favoreça condições necessárias para que todos os alunos possam desenvolver aprendizados realmente satisfatórios para as suas vivências sócio-culturais, políticas e econômicas, sem nenhuma acepção. A referida escola, precisa contar com profissionais realmente qualificados, aptos a trabalharem as diferenças como meio de engrandecimento, aprendizados diversos entre todos os atores sociais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, o que pode acontecer através da realização de atividades diversas, sejam individuais e/ou coletivas, de pesquisas, dentre outras.

O foco principal realmente da instituição escolar precisa ser o da efetivação de práticas pedagógicas que objetivam a minimização e/ou solução das principais problemáticas existentes nos dias atuais, que é a igualdade de oportunidade para todos os estudantes, sejam eles negros, brancos, pobres, homem, mulher, portador ou não de necessidades educacionais. Nessa perspectiva, o profissional da educação, sobretudo o professor, precisa desde o planejamento ao seu desenvolvimento em sala de aula, levar em consideração as principais potencialidades e fragilidades de seu alunado, para que assim, possa oportunizá-los a superação de desafios, avanços no desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para uma vivência crítica, ativa e participativa na sociedade em que vivemos atualmente, o que do contrário só contribuirá para a continuação histórica das desigualdades e exclusão escolar e conseqüentemente, social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **PARECER CNE/CEB 17/2001.**

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BUENO, José Geraldo Silveira. **As políticas de inclusão escolar uma prerrogativa da educação especial?** In: MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino dos; BUENO, José Geraldo Silveira. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara. SP: Junqueira e Marim; Brasília, DF: Capes, 1999.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

JESUS, D. M. **Práticas pedagógicas na escola:** às voltas com múltiplos possíveis e desafios à inclusão escolar. In: PERES, E. et al. (Org.). *Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e cultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

LAGE, A. M. V. O Portador de condutas típicas. In: MAGALHÃES, R. C. B. P. **Reflexões sobre a diferença:** uma introdução à educação especial. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. p. 152-159. LAGE, A.

MEIRIEU, P. **A pedagogia entre o dizer e o fazer:** a coragem de começar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

\_\_\_\_\_. **O cotidiano da escola e da sala de aula:** o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed, 2005.

\_\_\_\_\_. **Carta a um jovem professor.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente.** In: NÓVOA, A. (Coord.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Bomtempo, 2007.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopeia ignorada:** A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje. São Paulo, CEDAS, 1987.